



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# As Interações Urbano-Rural na Reorganização do Sistema de Cidades do Extremo Oeste Catarinense<sup>1</sup>

*Patrícia Dalmina de Oliveira<sup>2</sup>, Universidade do Oeste de Santa Catarina, patricia.oliveira@unoesc.edu.br*

*Sergio Torres Moraes<sup>3</sup>, Universidade Federal de Santa Catarina, sergiomoraes@arq.ufsc.br*

*Nelson Popini Vaz<sup>4</sup>, Universidade Federal de Santa Catarina, nelson.popini@ufsc.br*

---

<sup>1</sup> Título em inglês: *The Urban-Rural Interactions in the Reorganization of the City System of the Far West of Santa Catarina*

<sup>2</sup> Mestre em Urbanismo pela UFSC, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNOESC

<sup>3</sup> Doutor, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

<sup>4</sup> Doutor, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

## RESUMO

A rede urbana articula as cidades através das suas funcionalidades e seus níveis de centralidade, pela compreensão da produção, circulação e comercialização das mercadorias. A proposta desse trabalho é refletir sobre a rede urbana do Extremo Oeste Catarinense considerando sua história e economia, sua inserção e divisão do trabalho. A partir de sua história identifica-se as polaridades e influências, possibilitando uma breve análise sobre a estrutura atual da rede. Para isso foi necessário buscar revisão teórica sobre os conceitos de rede urbana e das relações urbano-rural e estudar os documentos disponíveis sobre a "influência da rede de cidades" produzido pelo IBGE em 2008.

**Palavras Chave:** Rede urbana; Extremo Oeste Catarinense; Relações Rural- Urbano.

## ABSTRACT

The urban network articulates the cities through their functionalities and their levels of centrality, by understanding the production, circulation and commercialization of the goods. The proposal of this work is to reflect on the urban network of the Far West of Santa Catarina considering its history and economy, its insertion and division of labor. From its history we were able to identify the polarities and influences, allowing a brief analysis on the current structure of the network. For this scope, it was necessary to seek theoretical revision on the concepts of urban network and urban-rural relations and to study the available documents on the "influence of the network of cities" produced by IBGE in 2008.

**Keywords:** Urban Network, Far West Region of Santa Catarina, Urban-Rural relationship.

## INTRODUÇÃO

No último meio século houve mudanças importantes nas cidades brasileiras, tanto no nível intra-urbano quanto na rede urbana, com expansão da taxa de crescimento e do número de cidades. Essa realidade promoveu a redefinição de alguns papéis, uma vez que há uma concentração de funções em algumas cidades, enquanto outras perderam funções devido a uma nova divisão técnica, social e territorial do trabalho dentro de uma rede urbana diversa e complexa (Bernadelli, 2010).

Esta complexidade e este contexto de mudanças sociais e econômicas vêm aqui a ser rastreada a partir do entendimento da constante redefinição dos conceitos de "rural" e "urbano" ao longo do tempo, bem como da formação histórica da "rede urbana brasileira", em suas características específicas. Para tanto este estudo se volta para o Extremo Oeste de Santa Catarina, onde uma dinâmica econômica voltada para a agricultura e o agronegócio (suínos, aves e gado leiteiro) e suas cadeias produtivas e uma expansão crescente do setor terciário, nos permite uma análise do processo de desenvolvimento da rede de cidades, suas polaridades e influências.

A microrregião do Extremo Oeste Catarinense é formada por 19 cidades de pequeno porte, que foram colonizadas através do parcelamento do território por empresas colonizadoras. Uma microrregião marcada pelos setores industrial, de serviço e agropecuário, sendo que, cada cidade<sup>5</sup> possui um determinado setor produtivo em destaque, logo, cada uma possui importância a nível regional. Atualmente, a dinâmica da produção econômica nesta região é caracterizada pela interdependência entre o urbano e o rural, e entre as "fazendas familiares" e o agronegócio.

Partindo destas constatações, este estudo busca lançar um olhar sobre a região para identificar efeitos das interações urbano-rural na reorganização das atividades e de suas conseqüências, tanto sobre a reestruturação espacial regional, bem como sobre a formação de centralidades em sua rede de cidades.

## OCUPAÇÃO URBANA RURAL: UMA DISCUSSÃO

Para entender melhor as relações que se estabelece entre os municípios, existe a necessidade de realizar uma revisão teórica sobre os conceitos de urbano e rural, e a sua interpolação com a rede urbana. Assim podemos observar melhor como essas relações se refletem na ocupação urbana do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Se na década de 1950 era necessário haver atividade agrícola no campo e a cidade se caracterizava pela existência de atividades e serviços industriais; nas duas décadas seguintes o rural aparece como o território destinado a abrigar uma urbanização irreversível, confirmando o destino da formação de um continuum urbano-rural (Mathieu apud Bernieri, 2002, p.23). Na década de 1980, o paradigma econômico muda novamente com o advento da "globalização" e traz ambigüidade para conceitos de ruralidade e urbanidade. Se por um lado, reforça-se o conceito de rural com base em suas características produtivas e ambientais e o debate local/global encoraja um desenvolvimento endógeno do campo, por outro lado o conceito de "rural" busca mitigar as diferenças com a cidade dentro de um "liberalismo produtivo" (Bernieri, 2002).

---

<sup>5</sup> Para o IBGE (2008) cidades são os espaços possíveis de abrigar serviços sociais básicos necessários para a população de uma determinada região.

As relações "urbano-rural" são debatidas por diferentes autores, que são concensuais no uso dos adjetivos "equilíbrio" e "complementaridade". Shwartz (2006 apud Adeodato 2010), por exemplo, afirma que em primeiro momento o campo sustentou a indústria; após, com a modernização houve um equilíbrio entre a força de trabalho da cidade e do campo. A urbanização então, segundo este autor, se encontra por toda parte, pois a economia e a sociedade são a extensão de todos os setores da vida nacional.

De acordo com Wanderley (2009) as relações entre o meio urbano e rural se inscrevem como espaços de complementaridade e interdependência, pois possuem modos particulares de utilização do espaço e da vida social. Já Saquet (2010, p.160), salienta que o que varia são os arranjos, as intensidades, formas e conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, em uma relação de complementaridade.

Como vem se debatendo sobre o urbano e rural no Brasil, a maioria das cidades que possuem população inferior a 20 mil habitantes ou 50 mil habitantes não oferecem condições mínimas para assumir a vocação de centralidade, sendo atribuída somente como reconhecimento legal, enquanto espaços urbanos (WANDERLEY, 2009). Para Wanderley (2009) os critérios que são adotados ressaltam as funções administrativas que são atribuídas aos aglomerados, legalmente chamadas de urbano, sem verificar se estes possuem capacidade para assumir a posição de centralidade, o que acaba por reforçar a precariedade das zonas rurais circundantes, impedindo que muitas áreas urbanas também padeçam de limitações semelhantes.

Cabe também notar que nas últimas três décadas o processo de desconcentração de atividades em escala regional desencadeia mudanças significativas nos modos de vida, a partir de novos meios de comunicação e transporte (REIS, 2006). Autores como Milton Santos iniciam ainda na década de 1980 estudos sobre as relações entre descentralização industrial e urbanização, o surgimento de pequenos polos e a multiplicação de áreas de dispersão (REIS, 2006).

## O EXTREMO OESTE CATARINENSE – UM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

A região Oeste Catarinense é marcada pelas áreas que formam as microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê, totalizando uma área de 27.255,5Km<sup>2</sup>, sendo que a microrregião de São Miguel do Oeste se encontra mais à oeste do Estado.



Figura 1 - Microrregião de São Miguel do Oeste

Fonte: AMEOSC (2016)

Hoje, os 19 municípios que formam a Microrregião do Extremo Oeste Catarinense são: Anchieta; Bandeirante; Barra Bonita; Belmonte; Descanso; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Guarujá do Sul; Iporã do Oeste; Itapiranga; Mondaí; Palma Sola; Paraíso; Princesa; Santa Helena; São João do Oeste; São José do Cedro; São Miguel do Oeste e Tunápolis. Todos são considerados de pequeno porte, com população que varia conforme o IBGE (2010) de 1.878 mil habitantes na cidade de Barra Bonita, até 36.306 na cidade polo de São Miguel do Oeste.

São Miguel do Oeste, a cidade polo do Extremo Oeste Catarinense, é considerada pelo IBGE geradora de tentáculos de uma Rede Urbana classificada como Centro Sub Regional B, mesmo patamar de outras cidades com mais de 100 mil habitantes, levando assim a um questionamento já imposto por Lefebvre (2009) em que discute se a população deve ou não determinar se o aglomerado é urbano ou não, mas sim seu conjunto de serviços.

Contudo, outras questões surgem ao nos aproximarmos dos dados municipais da região. São Miguel do Oeste possui 88,31% da sua população caracterizada como urbana, e conforme o IBGE (2012) existem 2.061 empresas com unidades locais, ocupando 13.529 pessoas. Observa-se, porém que outra cidade da região, Barra Bonita, possui uma população de apenas 1.878 habitantes se enquadrando com “aglomerado urbano”, pois de acordo com IBGE (2010) possui 85,14% da sua população rural, oferecendo apenas 48 empresas atuantes, onde 149 pessoas possuem suas ocupações. De acordo com Wanderley (2009) esse município não deveria se enquadrar nessa categoria para atender as funcionalidades da centralidade, pois sofrem limitações em oferecer serviços as áreas rurais circundantes, criando uma forte dependência com o município polo de São Miguel do Oeste.

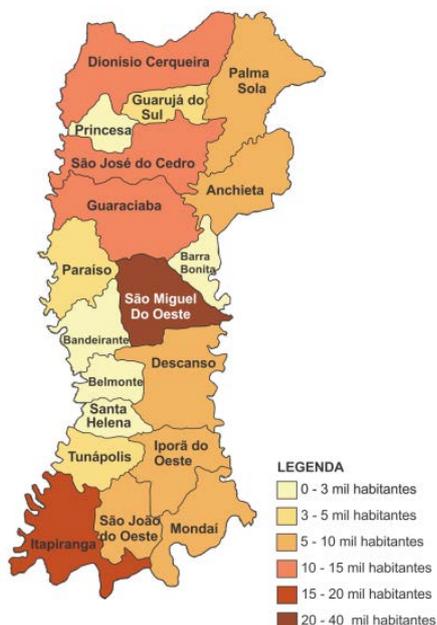


Figura 2 - População Extremo Oeste Catarinense – 2010

Fonte: Dados IBGE (2010) – Elaborado por Oliveira (2016)

Este mesmo autor sugere adotar para a definição do "espaço rural" a predominância dos espaços não construídos e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade, realidade constatada na maioria dos municípios abaixo de 10 mil habitantes na região do Extremo Oeste, em que possuem uma dependência com o rural. As relações entre campo e cidade segundo Wanderley (2009), são uma via de mão dupla, onde, as assimetrias e descontinuidades se tratam de relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas.

As cidades de pequeno porte (abaixo de 10 mil habitantes) da região do Extremo Oeste Catarinense possuem os serviços de proximidade, pequenos mercados, bancos, transporte, vias de comunicação, e em algumas indústrias locais, porém para o uso de serviços intermediários e alguns superiores (como universidade) recorrem a cidade de São Miguel do Oeste.

De acordo com INSEE (2003, apud Wanderley, 2009), os serviços necessários ao meio rural são considerados de proximidade, os intermediários, e os superiores. Os de proximidade atendem a vida cotidiana e se relaciona com a economia local, como transporte, pequeno comércio e vias de comunicação. Dentre os principais serviços intermediários os grandes comércios, bancos e serviços públicos em geral, que podem ser acessíveis a todos os habitantes. Os superiores seriam as universidades, espetáculos teatrais, exposições artísticas, raramente presente no meio rural.

A vocação da Centralidade se deve pela densidade que este município possui 155,12 hab/km<sup>2</sup>, sendo que o segundo município com maior densidade é Itapiranga com apenas 54,51 hab/km<sup>2</sup>, menos da metade da densidade de São Miguel.



Figura 3 - Densidade demográfica - 2010

Fonte de dados: IBGE (2012) – Elaborado por Oliveira (2016)

A maior parte da região apresenta densidade de 25 a 50 hab./Km<sup>2</sup>, totalizando 11 cidades, sendo elas: Anchieta, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Guarujá do Sul, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro e Tunápolis. As cidades que apresentam menor densidade demográfica até 25 hab./Km<sup>2</sup> são: Bandeirante, Barra Bonita, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Paraíso.

As cidades de Itapiranga e Mondai apesar de contarem com grande parcela de sua população rural, possuem uma densidade de 75 a 150 hab/km<sup>2</sup>. Isso se deve as indústrias presentes nos municípios que acabaram por densificar sua área urbana. Wanderley (2009) exemplifica dizendo que a vocação da centralidade das sedes municipais será mais efetiva quando elas contiverem a maior densidade possível de serviços em seu território de influência, rurais e urbanos. Logo, independentemente de sua dimensão, um pequeno município pode vir a ser um espaço de gestão dos serviços de proximidade, possibilitando democracia a região.

Essas condições confortáveis de vida levam os residentes até então urbanos ocuparem o espaço rural mesmo trabalhando no núcleo urbano da cidade, isso ocorre em países desenvolvidos, nos quais há uma valorização da vida do campo, incentivando o uso deste como moradia pelo intenso e fácil contato com a cidade.

Esta migração urbano-rural, que vem gerando o que se considera um “renascimento rural” [...] tem sido reforçada pelos acelerados avanços da comunicação virtual, que, de uma certa forma, “deslocaliza” os indivíduos, isto é, dissocia sua condição de morador de uma cidade dos benefícios que o mundo moderno oferece crescentemente a todos. (WANDERLEY, 2009).

## **RASTREANDO A DINÂMICA TERRITORIAL DO EXTREMO OESTE CATARINENSE**

Além de uma necessária revisão teórica conceitual da bibliografia e estudos do desenvolvimento histórico da região, nossas estratégias metodológicas para o entendimento do processo de polarização-dispersão da rede de cidades do Extremo Oeste Catarinense nos levou a adotar como base da análise o estudo de "Regiões de Influência de Cidades" - elaborado pelo IBGE em 2008 - o REGIC.

A rede urbana brasileira vem sendo estudada desde 1966 pelo REGIC, o qual iniciou sua base metodológica através da análise pela Teoria das Localidades Centrais. Ao longo do tempo essa teoria vem sendo criticada e aprofundada, e os pesquisadores do IBGE seguiram acompanhando o desenvolvimento da crítica e acabaram com um olhar mais autônomo sobre o entendimento da rede urbana brasileira (MIOTO, 2011).

A Teoria das Localidades Centrais, que visa classificar os centros urbanos, conforme as principais funções urbanas, e hierarquizar através dos fluxos de bens e serviços. De acordo com Oliveira (2011) no REGIC (2007 publicado em 2008) a função de gestão foi considerada como parâmetro definidor da hierarquia da rede urbana. Miotto (2011, p.81) afirma que: "Esses estudos podem, em alguma medida, refletir a organização do setor de serviços, já que categorizam a oferta dos mesmos em diferentes graus de complexidade nos municípios".

O REGIC avaliou a gestão federal e empresariais, examinando o local de instalação de órgãos públicos de administração e justiça, bem como os centros de direção empresarial. De acordo com Oliveira (2011, p. 117) foram utilizados "[...] informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, é possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica e identificar os núcleos de gestão do território, estabelecendo uma hierarquia de centros".

Estudos complementares<sup>6</sup> também foram feitos a partir de dados secundários, estudos sobre diferentes equipamentos e serviços, como educação superior, serviços de saúde, atividade financeira e internet, buscando qualificar melhor a centralidade dos núcleos já identificados, além de incluir centros especializados possivelmente não selecionados. (OLIVEIRA, 2011). Foram então identificados os centros de gestão do território, classificados em cinco níveis pelo REGIC:

1) Metrôpoles: considerados os 12 principais centros urbanos do Brasil, que se caracterizam pelo grande porte e pelos relacionamentos entre si, em geral, com grande área de influência. Subdivida em Grande metrôpole nacional; Metrôpole nacional; e Metrôpole.

---

<sup>6</sup> "As categorias consideradas foram: i) comércio e serviços segundo níveis de diversidade; ii) instituições financeiras e oferta de serviços bancários, segundo abrangência e volume de saldos bancários; iii) ensino superior na graduação, segundo diversidade na oferta de cursos e alunos matriculados, e pós-graduação de acordo com oferta de cursos e nível de excelência; iv) serviços de saúde, segundo diversidade de especializações, nível de complexidade e volume de atendimentos; v) oferta de informações e serviços pela Internet, segundo os domínios de sites, a fim de detectar centralidade quanto à provisão de cadeias de serviços especializados na área; vi) rede de televisão aberta e a hierarquia de sistemas de telecomunicação, também para detectar níveis de centralidade com relação à estruturação de cadeias de serviços e à existência de tecnologias especializadas na área; vii) conexões aéreas com base em avaliação de origem e destino, totalidade de voos, conexões, passageiros e cargas; viii) ligações entre localidades por transporte coletivo, segundo frequência, número de saídas e tempo médio de deslocamento; ix) deslocamentos por motivo de compras, lazer, saúde, cursos de graduação superiores e aeroportos; x) edição de jornais; xi) origem de insumos, e xi) destino de produtos agropecuários." (FUJITA, MATIELLO, ALBA, 2009, p. 69)

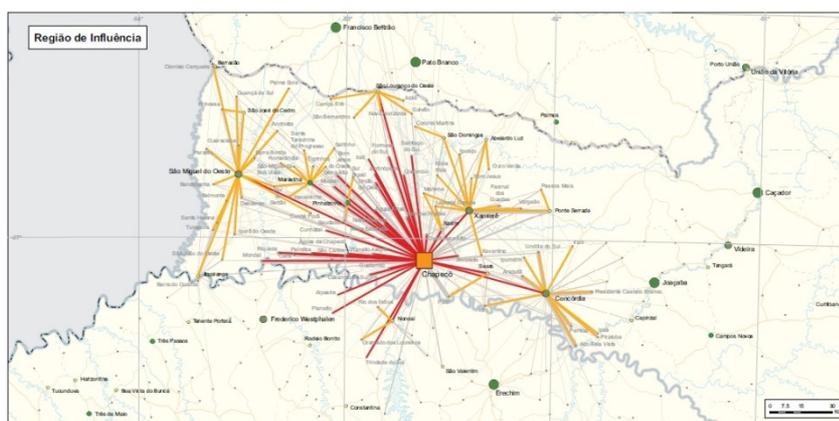
2) Capital regional: relaciona-se com o estrato superior da rede urbana, porém com capacidade de gestão inferior à da metrópole e com área de influência em âmbito regional. São 70 capitais regionais, subdivididas em Capital regional A, B ou C.

3) Centro sub-regional: com atividades de gestão menor complexidade, e área de atuação mais reduzida. Seus relacionamentos externos à sua própria rede dão-se, normalmente, apenas com as três metrópoles nacionais. Subdivida em Centro sub-regional A ou B, somando 169 centros.

4) Centro de zona: formado por cidades de porte menor e atuação restrita à sua área imediata, totalizam 556 centros que se subdividem em Centro de zona A ou B.

5) Centro local: demais cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, totalizando 4.473 centros locais.

Figura 4 - Região de Influência de Chapecó e São Miguel do Oeste



Fonte: REGIC (2008)

Conforme Oliveira (2011) através da observação da distribuição de bens e serviços e o acesso da população, ficou confirmada a estabilidade estrutural da rede urbana brasileira nos centros urbanos de nível superior. A autora destaca que apesar do REGIC avaliar as grandes linhas das regiões de influência a partir do setor administrativo público e da localização de sedes e filiais das empresas; fluxo de passageiros; deslocamentos entre hospitais; fluxos de migração, estas informações não são suficientes para garantir o nível de cobertura ou de generalidade desejáveis. Uma vez que o padrão da rede é estabelecido pelo REGIC há a necessidade de entender os padrões de relacionamento, avaliando se os “[...] centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou tendem a fortalecer as ligações horizontais entre os centros do mesmo nível” (OLIVEIRA, 2011, p. 117).

Como as grandes linhas das regiões de influência já estão estabilizadas, como podemos entender um extrato de uma polaridade classificada como *Centro Sub Regional B*, a qual pertence São Miguel? Diante desse questionamento iniciamos a análise da Rede Urbana do Extremo Oeste Catarinense a partir do estado de Santa Catarina e suas interpelações de caráter histórico com a região estudada.

## AS ATUAIS RELAÇÕES URBANO-RURAL NO EXTREMO-OESTE CATARINENSE

Nas últimas três décadas no extremo oeste de Santa Catarina, algumas cidades tiveram um aumento gradual das atividades industriais e uma diversificação do comércio, impulsionando a consolidação de centros urbanos como São Miguel do Oeste, a maior cidade da região com 88,31% de seus habitantes em áreas urbanas (IBGE, 2010). No entanto, a economia da região ainda depende do setor primário - agricultura - e sua cadeia de valor agroindustrial local. Dados de 1991 (IBGE, 1991) mostram como esta região é marcada por pequenos agricultores, onde 75,19% das fazendas têm entre dez e vinte hectares, favorecendo a ocupação de uma força de trabalho regional nas áreas rurais.

No entanto, desde a década de 1980, a demanda por mão de obra rural diminuiu devido à crescente modernização da agricultura, industrialização e urbanização. Essa baixa demanda de mão-de-obra também induziu uma parte da população rural a migrar para centros maiores de outras regiões, ou a buscar inserção no ambiente urbano por meio de empregos comerciais e de serviços (Veloso et al, 2005). Neste contexto, a rede urbana do Extremo Oeste de Santa Catarina está marcada pelas relações estabelecidas entre as pequenas cidades e entre as cidades e seu campo agora diversificado.

No Brasil, a "condição urbana" oficial está ligada a critérios jurídicos, econômicos e políticos. Os municípios têm autonomia para definir os limites físicos de suas áreas urbanas por seus próprios critérios. Como os impostos municipais no Brasil são cobrados em áreas de expansão urbana ou urbana, e os impostos federais em áreas rurais, pode-se intuir que conforme a expansão da área urbana aumenta, aumenta também as receitas fiscais municipais. No entanto, para que uma determinada área seja considerada urbana, o município tem de fornecer infraestruturas, tais como:

..."I - calçada ou pavimento, com canalização de águas pluviais; II - um abastecimento de água; III - sistemas de esgoto sanitário; IV - uma rede de iluminação pública; V - escola primária ou centro de saúde num máximo de três quilômetros". (Lei Federal n ° 5172 de 25 de outubro de 1966 - Artigo 32, parágrafo 1).

Assim, ao ampliar as áreas de urbanização, o poder municipal freqüentemente causa a retração e desqualificação das áreas rurais, uma vez que estes serviços são negados às condições rurais. (Wanderley, 2009). Especificamente no extremo oeste de Santa Catarina, podem ser observadas relações urbano-rural com assimetrias e descontinuidades em supostas relações complementares. Essas assimetrias podem ser destacadas como oposição às condições de habitação dos trabalhadores rurais das pequenas fazendas com os novos projetos imobiliários voltados para a classe média e alta, que acentuam a dispersão de indústrias, varejo e serviços entre as pequenas cidades eo campo.

No entanto, apesar de muitas iniciativas governamentais visando manter os "agricultores familiares" em suas terras, está ocorrendo um processo ilegal de subdivisão de terras com o objetivo de expandir a urbanização na região, juntamente com a cumplicidade do município. As antigas propriedades coloniais de 30 hectares em áreas rurais passaram a ser vendidas a grandes corporações imobiliárias e mudaram para segundas residências de lazer para as classes superiores econômicas, embora a legislação rural federal permita subdivisões de áreas rurais para uso urbano, somente em casos excepcionais.

Embora a habitação decente, com acesso a todos os serviços públicos básicos, seja apenas recentemente e gradualmente alcançada pela população rural através de programas específicos de habitação governamental (Sordi, 2006), a ocupação de áreas não urbanas por projetos com boas infraestruturas é indicativa de uma maior presença em áreas rurais de residentes de origem urbana. Isso pode indicar um aumento da capacidade das áreas rurais para proporcionar condições de vida confortáveis, incluindo as chamadas "amenidades modernas" (Wanderley, 2009). Além disso, as comunidades rurais podem se beneficiar da dispersão das atividades urbanas no campo, uma vez que as novas relações entre as áreas urbana e rural aumentam o acesso a empregos, bens e serviços nas áreas rurais. O desenvolvimento destas novas redes de serviços tende a refletir as exigências das famílias agrícolas indispensáveis para que as suas famílias permaneçam no campo, como a eletricidade, os sistemas de água e, recentemente, uma ligação à Internet (Moraes, 2006).

Na região estudada, devido à proximidade das zonas rurais e urbanas e devido à multiplicidade de pequenas cidades, existe uma forte interligação regional entre espaços rurais e urbanos, facilitando uma estrutura de vida "regional", contribuindo para a criação de uma diferente concepção de espaços rurais e urbanos.

Wanderley (2009) reafirma que o "rural" não se confunde com o agrícola, porém não se exime a importância da atividade agrícola para o meio rural. Isto decorre do processo de ocupação e uso do espaço, que são historicamente atrelados à produção agrícola e similares, sendo elementos presentes nas paisagens, porém percebe-se que existem outras atividades nele instalados.

A este respeito, cabe considerar, de modo especial, o acesso a bens que constituem os fundamentos indispensáveis para a própria permanência no campo, tais como a moradia e a eletricidade e, no caso dos agricultores, o acesso à terra e à água. (WANDERLEY, 2009).

De acordo com o REGIC a cidade que polariza através da oferta de bens e serviços o Extremo Oeste é São Miguel do Oeste, tendo leve destaque a São José do Cedro e Itapiranga. Porém, ao analisar as cidades do Extremo Oeste Catarinense associando aos critérios demográficos outras relações como as massas, fluxos e tempo definido por Milton Santos (2012), concluímos que a análise puramente demográfica pode conduzir a equívocos quanto ao papel que a cidade desempenha na rede urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou reconstruir uma visão da estrutura regional do Extremo Oeste Catarinense a partir de arranjos e análises focados em nortear uma definição mais precisa da hierarquia urbana e que aprofundasse as predefinições das tipologias marcadas pelo REGIC. Para tanto, tentamos esclarecer os eventos gerais que estruturaram a região e a sua integração por meio de um debate sobre a história e economia da região, na busca de novas perspectivas para o entendimento e a formação de sua rede urbana.

A construção desta visão, partiu do estudo da história, mapeando a colonização do Extremo Oeste que teve início em 1908, se consolidando tardiamente. Realizada por empreendimentos privados originados do Rio Grande do Sul as colônias do Extremo Oeste não eram então integradas ao governo do Estado Catarinense. A relação com Florianópolis, capital do estado eram distantes e autônomas, tendo a cidade de Chapecó como maior polarizadora do Extremo Oeste.

A cidade de São Miguel do Oeste começa a se destacar na região na década de 1940, pelas suas relações comerciais e de serviços quando a 5ª delegacia regional se instala na cidade. Em 1950 quando a economia do extremo oeste ganha novos contornos, ampliando as relações com São Paulo e Curitiba, a cidade chama atenção da Capital Catarinense, Florianópolis. Em 1953, com a emancipação dos municípios de Dionísio Cerqueira, Mondaí, Itapiranga e São Miguel do Oeste inicia-se o processo de estruturação da rede urbana do Extremo Oeste Catarinense.

Contudo, outro município – Itapiranga – também surge com destaque nessa década, por ter obtido diversos investimentos da Alemanha durante sua colonização. Também Dionísio Cerqueira se desenvolveu e se destacou pela sua ligação econômica com a sua "irmã gêmea" Barracão e a cidade Argentina de Bernardo de Irigoyen.

São Miguel do Oeste acabou se destacando principalmente por estar num verdadeiro entroncamento de estradas favorecendo a sua polarização comercial e de serviços. Esse destaque é ampliado na década de 1970 quando o estado expande o transporte rodoviário e a execução de obras nas BR-282, e São Miguel do Oeste enfim se liga a capital catarinense (final da BR-282 na época), conjugada as novas comunicações como o telefone. Há a integração de São Miguel do Oeste a rede do Estado e automaticamente o Extremo Oeste através de São Miguel do Oeste

Com a ascensão da agroindústria, a região foi sendo modificada a partir das dinâmicas econômicas mantendo o destaque para algumas cidades Itapiranga, Mondaí e São Miguel do Oeste.

Não diferente de várias outras regiões do Brasil e do mundo, as cidades maiores e em crescimento continuam atraindo populações rurais para longe de empregos agrícolas de baixa remuneração e de um estilo de vida precário (ou mais simples). Não obstante, várias melhorias de infraestrutura e a complexa diversificação de atividades nas áreas rurais geram uma "contra-urbanização" da população. No Extremo Oeste Catarinense essa dinâmica regional é evidente e hoje controlada por três principais atores, que nem sempre compartilham objetivos comuns. Em primeiro lugar, estão os Governos Federal e Estadual que promovem diversos programas como habitação, produção (qualificação e diversificação de produtos, incentivo à agroecologia e turismo rural) e infraestrutura para moradores rurais, para evitar a migração rural-urbana.

Em segundo lugar, e talvez o mais forte ator, há o agronegócio, que promove a dispersão das indústrias nas áreas rurais. Por um lado, a expansão do agronegócio traz novas oportunidades de emprego e desenvolvimento para áreas definidas; Por outro lado, submete o pequeno produtor agrícola a uma dependência econômica que encoraja a migração rural-urbana.

Finalmente, o mercado imobiliário, que busca aproveitar a implantação de infraestrutura pelo governo e a dispersão industrial no campo, compra de terras agrícolas e transformações em residências de lazer para as classes mais privilegiadas. Assim, atua tanto no estímulo da migração rural-urbana, como no urbano-rural.

O resultado final da convergência de atores parece ser especialmente perverso com a agricultura em pequena escala, uma vez que as forças políticas e econômicas locais não criam estratégias adequadas que possam aumentar e facilitar sua atividade rural e sua qualidade de vida cotidiana, Migração de trabalhadores. Por outro lado, os programas de diversificação produtiva do governo federal e uma distribuição mais equilibrada e generalizada dos serviços básicos (educação, saúde e infraestrutura) pelos municípios da região poderiam colocar o pequeno agricultor como um elemento-chave potencial para o desenvolvimento regional em uma economia em mudança.

Portanto, uma análise preliminar mostra que é essencial melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares que dependem de políticas públicas voltadas para a expansão da cidadania rural, além de políticas de diversificação produtiva. A criação de áreas "periurbanas" atraentes e qualificadas, com casas decentes e serviços públicos adequados pode transformar a região como um todo, impulsionando a economia e a sustentabilidade ambiental. Hoje, esta realidade é possível graças à mobilidade e acessibilidade ao campo. Não se deve, no entanto, considerar essas melhorias como uma estratégia para requalificar o rural, porque a escolha da vida no país não deve significar a renúncia de bens e serviços, que antes eram identificados como urbanos.

Hoje em dia, para desenvolver as possibilidades de planejamento territorial e políticas de gestão, é importante compreender as estruturas territoriais e os seus componentes-chave. As políticas têm de lidar com a complexidade socioeconômica e territorial dos espaços rurais e urbanos, entrelaçados nas franjas urbanas e metropolitanas.

O Extremo Oeste é marcado por uma rede urbana complexa, com especialização de serviços e integração econômica e social devido sua divisão territorial do trabalho, seu caráter histórico e dos empreendimentos privados que refletem na sua configuração atual. Uma complexidade que reflete a especificidade e funcionalidade oriunda dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo. Apesar desta rede urbana não ter sofrido transformações espaciais significativas, suas dinâmicas socioeconômicas criaram novas polaridades ao longo do tempo que alteraram as relações e influências de seus elementos.

Este artigo procurou esse entendimento através da observação de relações territoriais, que podem ser referências na constituição de novos paradigmas de desenvolvimento de áreas urbanas no campo e na periferia de grandes cidades e metrópoles brasileiras.

## BIBLIOGRAFIA

- ADEODATO, Marise Tissyana Parente Carneiro. A razão e os limites das políticas nacionais de desenvolvimento urbano: uma análise comparativa das proposições de 1975 e 2004. São Paulo, 2010. 303f. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional)-FAUUSP, São Paulo, 2010.
- BERNARDELLI, M. L. F. H., 2004. Pequenas Cidades na Região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 347p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente.
- BERNIERI, Mailor José, 2002. Diversificação de Atividades no Espaço Rural: turismo, mais um componente para o desenvolvimento local? Vila Real: Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Universidade de Santiago de Compostela.
- BRASIL Lei Federal n ° 5172 de 25 de outubro de 1966
- FUGITA, C.; MATIELO, A.; ALBA, R. S.. Rede de polo e micropolos regionais no oeste catarinense. Redes (Santa Cruz do Sul), v. 14, p. 53-79, 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 1991.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2010.

- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influencias das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais. Comunicação Social, 24 set., 2008.
- LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital (O pensamento marxista e a cidade). Rio de Janeiro: DP&A, 1999. In: SAQUET, 2010
- MIOTO, Beatriz Tamaso. Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2011
- MORAES, Sergio T., 2006. A Permeabilidade em Corredores de Transporte como Fator de Sustentabilidade. Tese de Doutorado. São Paulo, FAUUSP.
- OLIVEIRA, Evangelina X. G. de. Perspectivas das pesquisas sobre regiões de influência das cidades. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina [org's] As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.
- REIS, Nestor Goulart. Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Forams de Tecido Urbano. São Paulo. Via das Artes, 2006.
- SAQUET, M. A. 2010. Abordagens e concepções de território (2a. edição). 2a.. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- SORDI, Diogo Gustavo, 2006. Habitação Rural: o Sentido da Nova Moradia para os Agricultores do Oeste Catarinense. Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ Trabalho de Conclusão de Curso Chapecó/SC.
- VELOZO, S. et al. (2005), «Diagnóstico da Região de São Miguel do Oeste». Projeto Meu Lugar. PNUD/SDR São Miguel do Oeste.
- WANDERLEY, M. N. B.. 2009. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 17, p. 60-85.